
Memórias de formação de docentes-educadores: pelo direito às diferenças

MIGUEL G. ARROYO*

Resumo

O Conselho Nacional de Educação (CNE), em nova resolução, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação (BNC – Formação), uma resolução que exige que os currículos dos cursos de Pedagogia e de Licenciaturas sejam adaptados à nova BCN – Formação. Os currículos de Pedagogia e de Licenciaturas são estimulados a fazerem análises políticas desta Resolução política do CNE? Que respostas políticas dos currículos de Pedagogia e de Licenciaturas? Aderir ou resistir reafirmando os avanços, as opções políticas pedagógicas conquistadas?

Palavras-chave: Formação de professores. Diretrizes curriculares. Pedagogia.

* Miguel G. Arroyo, doutor em Educação pela Universidade de Stanford, Professor Titular Emérito da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi Secretário Adjunto de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte, onde coordenou a implantação político-pedagógica da Escola Plural. Publicou diversos livros e inúmeros artigos na área educacional. Atualmente acompanha propostas educativas em várias redes estaduais e municipais do Brasil.

Os currículos de Pedagogia e de Licenciaturas interrogados

Coletivos de profissionais dos cursos de Pedagogia e de Licenciaturas vêm resistindo em análises que destacam:

- 1) A que avanços a nova Resolução BNC – Formação se contrapõe e que história de avanços ignora e destrói?
- 2) Que concepções de educação e de formação de profissionais prevalecem na nova BCN – Formação? A que função reduz o trabalho docente-educador? E que concepção de educação básica e de direito à educação ela afirma?
- 3) Tempos de apagar memórias de lutas por direito à educação como formação humana plena ou de reafirmar essas memórias nos currículos?

A nossa análise da nova BNC – Formação se propõe a contribuir com esse olhar político que já está acontecendo nos profissionais das escolas e das faculdades de Pedagogia e de Licenciatura. Reforçar as memórias dos avanços. Resistir.

A formação de educadores - um campo de históricas disputas políticas

A Resolução que define Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação de Professores (BNC- Formação) do CNE vem em tempos de disputas políticas no próprio CNE e no MEC. Tempos de repolitização do Estado de Direito e de suas políticas exigem análises politizadas: reconhecer as históricas disputas políticas nos Parâmetros na BNCC, nas Diretrizes Curriculares de Formação, na função dos cursos de Pedagogia e de Licenciaturas. Reconhecer-

disputas políticas na função das escolas, da educação pública e na função dos professores. Disputas políticas que acompanham a história de nossa educação com destaque nas últimas décadas.

Tensas disputas sobre concepções de direito à educação de que coletivos sujeitos de direitos e de que agentes trabalhadores na educação, sujeitos de que direitos do trabalho e de que direitos a que formação. Essas tensões políticas acompanham nossa história desde a empreitada colonizadora repostasna educação republicana democrática.

Essas tensões políticas são muito ocorrentes na história da educação e da Pedagogia. Desde a Paideia, a Pedagogia nasce com uma função política, como um campo politizado, formar o cidadão da Polis desde a infância. A Pedagogia traz em seu nome a infância a ser formada cidadã da Polis, para participar na construção da Polis, para ser sujeito político.

Os diversos humanismos pedagógicos carregam essas tensões – disputas políticas por que educação para formar desde a infância para que projetos políticos. Que educadores formar com saberes, valores pedagógicos para formar membros da Polis das Repúblicas e das Democracias. Para a formação humana plena. A formação de educadores, os currículos, a função dos centros dos cursos de Pedagogia e de Licenciatura carregam as tensões políticas que acompanham a história da Pedagogia e da educação desde suas origens. A Nova BNC – Formação do CNE exige ser analisada nessa história de tensões políticas. Uma Resolução que traz as marcas das tensões políticas que excedem estes tempos de destruição das lutas por um Estado de Direito e afirmam a imposição de um Estado de exceção. A pergunta central para a análise da nova BNC: que formação de docentes decreta e regula em seu projeto político? Seria uma formação de subcidadãos que aceite a Nação – “Deus acima de tudo e de todos”?

A tensão entre regulação e emancipação social

Começamos por destacar uma tensão política e humana na história da educação como direito. Neste ponto, Boaventura de Sousa Santos (2013) destaca a tensão entre regulação e emancipação social. Uma pista fecunda para entender as tensões políticas dispostas na nova BNC – Formação. Tensões entre as experiências emancipatórias no campo da formação docentes-educadores e nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica trazidas pelos movimentos sociais emancipatórios e as velhas políticas diretrizes regulatórias.

A nova BNC - Formação não só ignora, mas condena as experiências emancipatórias especialmente na formação docente-educadora-gestora. Condena as experiências de outra educação, outras Diretrizes Curriculares de formação, outra função dos currículos de Pedagogia e Licenciaturas na formação das diferenças identitárias dos educandos e dos educadores. A nova BNC – Formação chega em outros tempos políticos: em tempos não de Estado de Direitos, mas de Estado de exceção em que lutar por direitos às diferenças está em crise, tempos de regulação “onde lutar por seu direito é um defeito que mata” (Gonzaguinha). As lutas por emancipação por direitos a ter direitos, condenadas como um defeito que mata, ameaça militantes, profissionais de Pedagogia, de Licenciaturas e trabalhadores na educação que no movimento docente vinham reinventando a condição docente-educadora.

A resposta não demorou: regulação estrutural e definições do alto de que Diretrizes Nacionais estabelecendo uma Base Nacional Comum de saberes a serem dominados pelos docentes-educadores, para serem ensinados e aprendidos pelos estudantes. Uma regulação das competências gerais dos docentes e dos conhecimentos curriculares impondo uma compreensão fechada, hegemônica do mundo e controlados avanços emancipatórios dos currículos.

Que avanços são ocultados, regulamentados? A diversidade de Diretrizes Curriculares de formação foi uma opção política por reconhecer os avanços emancipatórios destacando a diversidade de sujeitos, de coletivos produtores de uma pluralidade de conhecimentos que vinham afirmando novos modos de produção de novos conhecimentos. O MEC, reconhecendo a Secretaria da Diversidade (Secadi), reconhecia outras pedagogias, outras matrizes de formação, de outros coletivos diversos como sujeitos. O CNE, reconhecendo uma diversidade de Diretrizes Curriculares de Formação, reconhecia a pluralidade de sujeitos educadores e de currículos de sua formação.

São reconhecimentos de outros sujeitos de conhecimento, de outras pedagogias, de outros olhares do mundo, de outras formas de estar no mundo, de outros projetos de mundo, de sociedade, de Nação. Logo, reconhecia a emergência dos outros, da diversidade como riqueza epistemológica e pedagógica, reconhecia os avanços de emancipação nas áreas do conhecimento, da reinvenção de identidades docentes-educadoras e de sua formação. Avanços que puseram em disputa a velha tensão política entre emancipação social e regulação-controle. Tais disputas políticas marcaram avanços na educação e no reconhecimento de outras formas de ser e de saber, no reconhecimento dos outros, de suas pedagogias – Pedagogia dos Oprimidos, no reconhecimento de outras diretrizes curriculares de emancipação social.

Tensões de regulação – emancipação no campo do conhecimento

O campo do conhecimento tem sido de disputas políticas. A nova BNC – Formação dá centralidade às tensões por regulação. A Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores (BNC – Formação), do CNE - define e regula as competências docentes: dominar os conhecimentos e o saber ensiná-los e como os alunos aprendem os conhecimentos ensinados e historicamente construídos e sistematizados nos currículos e na BNCC em cada área e etapa. Formar para uma prática docente que associe o objeto do conhecimento ao objeto do ensino. Dominar os conteúdos e saber como ensiná-los para que resultem em efetivas aprendizagens que garantam os direitos de aprendizagens dos alunos-aprendizes. Redução dos alunos a aprendizes e dos docentes a ensinantes. Redução da formação ao domínio do que e como ensinar. A função educadora de humanizar e de formação humana encomendada à Pedagogia, desde a Paideia e pela diversidade de humanismos pedagógicos, desaparece, ignorada na nova regulamentação da BNC – Formação.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) fez uma opção por uma BNCC e BNC -Formação que repõem as históricas tensões entre regulação – emancipação no campo do conhecimento da formação docente e na redução dos educandos a aprendizes. Uma política de regulação do conhecimento, do direito a que conhecimento e do domínio docente de que conhecimentos. Uma regulação de padrões cognitivos, sociais, políticos, culturais e de controle das emergências de diferentes formas de ser e de saber e de controle dos novos padrões cognitivos e sociais que os movimentos sociais estão afirmando em nossa história social, política e cultural.

O reconhecimento pelo MEC - Secadi - e pelo CNE da diversidade de Diretrizes Curriculares do campo, indígenas, quilombolas avançaram no reconhecimento da diversidade de produtores dos conhecimentos contra-hegemônicos emancipatórios e políticos. Conhecimentos insurgentes de coletivos sociais políticos insurgentes pressionando pelo reconhecimento como produtores de outros conhecimentos a serem reconhecidos e legitimados em outras Diretrizes Curriculares de formação.

Tensões de emancipação-regulação na formação docente-educadora

As tensões no campo do conhecimento provocam tensões na formação docente-educadora. Os diversos movimentos sociais se afirmaram sujeitos de outros conhecimentos resistindo a serem decretados irracionais, incapazes de pensar, de produzir conhecimentos, saberes, valores, culturas. Os currículos de formação de seus docentes-educadores, na diversidade de cursos de Licenciatura e de Pedagogia, reconhecem os movimentos sociais e os educandos como sujeitos produtores de saberes críticos emancipatórios, superando a estreita e segregadora visão de meros aprendizes dos saberes hegemônicos.

A diversidade de Diretrizes Curriculares reconhecia essa diversidade de sujeitos produtores de uma diversidade de conhecimentos críticos, emancipatórios. A BNC -Formação, do CNE, ignora essas tensões políticas nos campos dos conhecimentos e impõe, regula diretrizes curriculares de uma formação docente hegemônica, única. Regula sobre uma monoprodução de saberes, uma monocultura e um monosaber legítimo a ser aprendido pelos docentes a ser ensinado e aprendido pelos alunos.

Uma regulação da velha concepção de conhecimento abissal e sacrificial que ignora e sacrifica os outros conhecimentos como ignorâncias. Boaventura de Souza Santos nos lembra que “a característica distintiva do conhecimento hegemônico é poder impor a sua ignorância aos restantes conhecimentos” (2006, p. 163)

O gesto político regulatório da BNC - Formação repõe o histórico gesto dos grupos sociais, das classes que se auto definem como donas do único conhecimento legítimo, produtoras únicas de conhecimentos, e se auto decretam com o poder de monopolizar o reconhecimento ou não de quais conhecimentos são legítimos a serem aprendidos pelos docentes educadores e pelos alunos educandos.

Tensões políticas por justiça cognitiva

As tensões por emancipação no campo do conhecimento e da formação docente educadora expõem tensões por justiça cognitiva. Toda decisão política regulatória que exclui os outros como sujeitos de outras formas de ser e de saber, da condição de produtores de saberes, é uma decisão injusta. Contra essas injustiças cognitivas vem lutando os diversos coletivos em movimentos emancipatórios.

O reconhecimento da diversidade de Diretrizes Curriculares vinha resistindo a essas injustiças cognitivas. As diretrizes curriculares hegemônicas que a nova BNC- Formação reafirma, tentam se legitimar na inclusão de todos, nos territórios cercados do direito ao conhecimento único e hegemônico sistematizado nos currículos. Igualdade na inclusão cognitiva no conhecimento único. Os movimentos sociais em suas lutas por ocupar os latifúndios do saber hegemônico, cercado, pressionam não apenas pela justiça cognitiva de inclusão nos latifúndios do saber legítimo, nem apenas

por participar dos saberes produzidos nesses latifúndios cercados. Os movimentos sociais pressionam pelo direito a serem reconhecidos como produtores de conhecimentos, pressionam pelo direito a plantar seus saberes de experiências de resistências feitas. Por serem reconhecidos como produtores de outros conhecimentos contra-hegemônicos.

Os movimentos sociais deixam exposto que o campo do conhecimento, a seleção, a sistematização e o ensino sempre foram um campo, um latifúndio transpassado por tensões políticas, pelos padrões de poder, pelas injustas estruturas classistas, sexistas, racistas das hierarquias de saberes, de produtores de saberes. Os movimentos sociais vinham resistindo a essas estruturas de poder, repolitizando o campo do conhecimento e afirmando-se produtores de outros saberes, outros conhecimentos. As pressões dos movimentos sociais por justiça cognitiva chegaram às universidades, aos currículos de Pedagogia e de Licenciaturas, exigindo serem reconhecidos outros conhecimentos, de outras pedagogias e matrizes de formação humana. A essas ousadias dos movimentos sociais por justiça cognitiva responde a nova-velha BNC – Formação. Uma regulação hegemônica do poder a recolocar que o campo do conhecimento e da formação de que docentes-educadores sempre foi e continua sendo um campo de disputas políticas.

Os movimentos sociais na diversidade de fronteiras de lutas resistem a serem tratados à margem da produção de conhecimentos, saberes, valores; resistem a serem destinatários dos saberes que os poderes produzem e exigem ser reconhecidos produtores de outros conhecimentos. Exigem justiça cognitiva.

As tensões nas lutas por Direitos Humanos

As tensões por justiça cognitiva, por conhecimentos, por educação e por qual formação de docentes-educadores acompanham as tensões por Direitos Humanos, pelo reconhecimento de que humanos merecem ou não ser reconhecidos sujeitos humanos. O que tenta legitimar a BNC – Formação docente? Essa Resolução insiste em se legitimar no ideal de igualdade de direitos humanos de todos perante a Lei. Uma formação docente igual tendo como referência uma Base Nacional Comum que se legitima na igualdade de conhecimentos perante a igualdade nacional. A Nação e Deus acima de toda diferença.

As aprendizagens nacionais comuns que a Base sintetiza e que os docentes devem dominar e ensinar que todos os educandos devem aprender, têm como referência de legitimidade política e pedagógica a igualdade de todos os educandos a currículos, a conhecimentos decretados por lei como básicos, iguais, comuns perante as verdades e valores nacionais. Os termos legitimados da BNCC e da BNC - Formação docente têm como referência a legitimidade na igualdade de todos perante a lei, na igualdade jurídico-política.

Boaventura de Sousa Santos (2013, p. 76) nos lembra que a história dos direitos humanos está marcada por tensões políticas: tensões entre o universal e o funcional; entre direitos individuais e direitos universais; entre razão de Estado e razão dos direitos; entre o humano e o não humano... Merece especial atenção para a análise da BNC - Formação a tensão entre o reconhecimento da igualdade e o reconhecimento da diferença.

Boaventura nos lembra que

o princípio da igualdade funda a pretensão de universalismo que subjaz aos direitos humanos eurocêntricos. Não se trata de uma igualdade sócio-econômico-cultural, mas tão só de uma igualdade jurídico-político, a igualdade de todos perante a lei. A luta pela igualdade enquanto luta pela redução das desigualdades socioeconômicas veio muito mais tarde com os direitos sociais e econômicos. Mas tudo isso ocorre dentro do paradigma da igualdade. (2013, p. 78)

Uma pergunta para a análise da BNC – Formação: que paradigma de igualdade ela defende? A igualdade jurídico-política, igualdade de todos aos conhecimentos definidos perante as leis? Essa é a legitimidade mais proclamada. A igualdade socioeconômica e cultural não é lembrada nem destacada.

BNC - Formação reafirma a igualdade jurídico-política

Que paradigma de igualdade a BNC-Formação defende? A igualdade jurídico-política? Formar profissionais do conhecimento para a garantia do acesso de todos aos conhecimentos definidos perante as leis? Seria essa a legitimidade mais proclamada? A diversidade de Diretrizes Curriculares que o CNE vinha proclamando nas últimas décadas e que incentivaram a diversidade de currículos de Licenciaturas e de Pedagogia também se legitimaram no reconhecimento da igualdade universal de todos os educandos perante as leis.

Todas as políticas e diretrizes buscaram selegitimar na defesa de direitos iguais trazendo como referência a Constituição, a LDB e o conjunto de leis – Diretrizes que reafirmam a igualdade de todos os cidadãos perante à lei. Na história de nossa educação,

a proclamação do princípio da igualdade tem tentado fundar a pretensão da universalidade do direito à educação. Uma proclamação sempre proclamada diante de uma realidade histórica persistente de desigualdades de direitos humanos e do direito à educação. Uma persistente realidade de negação da igualdade de direitos humanos e de cidadania que exigia uma persistente pretensão de igualdade social pela igualdade na educação.

A nova BNC - Formação também busca se legitimar nessa diversidade de normas e leis, reafirmando que a Base Nacional Comum a ser aprendida pelos educandos, ensinada pelos docentes e exigida de sua formação, se legitima em referências legais que defendem uma igualdade jurídico-política. Os diversos coletivos sociais em suas lutas por direitos humanos: trabalho, terra, teto, renda, saúde, educação defenderam o direito a serem reconhecidos sujeitos iguais de direitos humanos.

Defenderam ser reconhecidos cidadãos iguais de direitos à cidadania. Resistiram a serem decretados pelos padrões de poder e pelas leis como subcidadãos, inferiores até como humanos. Lutas por igualdade jurídico-política de direitos humanos e de direito à educação que as políticas socioeducativas vinham reconhecendo nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Básica e de Formação de docentes-educadores.

Um reconhecimento da igualdade jurídico-política tenso sempre repetido porque distante da realidade nas estruturas segregadoras, inferiorizantes dos coletivos diferentes em nossa história. A nova BNC - Formação repõe essa história de ter de reafirmar a igualdade jurídica-política sempre sonhada, mas ainda não realidade. As pressões dos movimentos sociais pelo direito a serem reconhecidos como iguais perante as leis repolitizaram a igualdade jurídico-política até nas Diretrizes Curriculares. Mas foram além da igualdade jurídico-política.

As Diretrizes Curriculares reafirmam as lutas pela redução das desigualdades socioeconômicas

Os coletivos vítimas das desigualdades na educação vêm lutando por políticas de igualdade na educação articuladas às políticas socioeducacionais que lhes garantam a redução das desigualdades socioeconômicas e culturais que os segregam. As pressões por políticas educativas de igualdade socioeconômica e cultural no MEC - Secadi - e no CNE incentivaram as pressões por Diretrizes Curriculares de Educação Básica que lhes garantissem o direito a currículos, conhecimentos para entenderem-se vítimas dessas desigualdades socioeconômicas e culturais em nossa história social, política, econômica e cultural.

Essas pressões dos coletivos sociais, étnicos, raciais, de gênero, território e classe por direito a currículos e conhecimentos que lhes garantam o direito ao saber, terminaram pressionando por currículos de Pedagogia e de Licenciaturas que formassem docentes-educadores para saberem-se vítimas de históricas desigualdades socioeconômicas e culturais. Mais ainda, currículos que formassem docentes-educadores que garantissem o saber-se lutando pela redução das desigualdades socioeconômicas e culturais.

Das diretrizes de formação docente exigem-se respostas a essas interrogações:

- Elas dão centralidades para formar docentes-educadores ao ensinarem essa história nacional de desigualdades socioeconômicas e culturais que os vitimam? Os movimentos sociais, em lutas pela igualdade educacional, vinham destacando o direito à igualdade não apenas jurídico-política, mas também o

direito à igualdade socioeconômica, e o direito à vida – “lutamos pela vida, e pelo que nos é de direito: igualdade a condições socioeconômicas e educativas que garantam o direito a uma vida justa, humana”.

- Lutas por igualdade mais do que jurídico-política. Mais do que igualdade perante a lei que politizou as igualdades na educação e nas Diretrizes Curriculares do CNE nas últimas décadas. Legitimar a nova BNC – Formação apenas na igualdade perante a lei é um retrocesso. Como é um retrocesso ignorar os avanços na articulação da igualdade na educação, a igualdade na redução das desigualdades socioeconômicas e na redução das desigualdades nas condições materiais de produção de uma vida justa, humana.
- Que formação docente-educadora para a igualdade socioeconômica? Recuperar os avanços conquistados nas últimas décadas no reconhecimento da relação entre igualdade na educação e igualdade socioeconômica. Igualdades pelas quais coletivos vinham lutando nos campos socioeconômicos e no educacional contra a desumanização e segregação dos seus direitos às condições socioeconômicas e educativas de produção de uma sociedade mais justa.

As lutas pela igualdade e o reconhecimento das diferenças

Boaventura de Souza Santos (2013) nos lembra ainda que todas essas tensões de ir além da igualdade jurídico-política e de lutar pelo reconhecimento da igualdade socioeconômica ocorrem dentro do paradigma da igualdade. “Este paradigma só foi questionado quando grupos sociais discriminados e excluídos se reorganizaram, não só para lutar contra a discriminação e a exclusão, mas também para por em causa os critérios dominantes de igualdade e diferença e os diferentes tipos de inclusão e exclusão que legitimam.” (p.78 -79)

Os movimentos sociais dos diferentes repolitizam e radicalizam o paradigma da igualdade jurídico-política e até da igualdade socioeconômica, tão marcantes nas políticas educativas curriculares e de formação, exigindo o reconhecimento das diferenças. Os cole-

tivos diferentes exigem ter reconhecidas suas diferenças sexuais, raciais, étnico-culturais, e serem valorizadas como formas próprias de pertença legítima, de dignidade negada pelos preconceitos dominantes, pelas estruturas sexistas, racistas ou colonialistas.

Boaventura lembra também que o monopólio do ideal universal-igualitário foi contestado pelo ideal identitário. Uma tensão entre igualdade e diferença, lutar pela igualdade sem prescindir de lutar pela diferença de sua história, cultura, experiência de vida, identidades coletivas. O ideal identitário repolitiza as políticas públicas sociais e educativas que passam a articular as resistências à discriminação perante a lei e a negação dos direitos socioeconômicos e ao reconhecimento das diferenças.

O Estado e suas políticas foram pressionados e tentaram responder às pressões afirmativas das diferenças: a criação no MEC da Secretaria da Diversidade (Secadi), a criação no Estado das Secretarias e os Ministérios da Igualdade Racial e de Gênero, da Reforma Agrária, do Pronera, do Desenvolvimento Social e os Programas Fome Zero, Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida. Essa articulação entre igualdade e diferenças exige superar as políticas de inclusão social pela educação e a cultura nacional hegemônica dominante. Os currículos da BNCC que sintetizam, regulam e impõem como referente universal igualitário são contestados pelos coletivos afirmativos do ideal identitário, exigindo diretrizes curriculares que reconheçam as diferenças identitárias, diferenças de ser, de viver, de saberes, de valores, de culturas, de pedagogias. Diferenças de matrizes de formação humana.

Tensões que transpassam nossa história política cultural e educativa desde a empreitada catequético-educacional colonial, imperial e que foram reafirmadas na empreitada cultural educativa republicana. Tensões repostas com destaque político em reafirmar a Nação e Deus acima de tudo e de todos, que a nova Base Nacional Comum Curricular e a BNC - Formação docente reafirmam e radicalizam. Que respostas políticas foram dadas e exigem ser

reafirmadas na formação de docentes-educadores que lutam pelo direito às diferenças?

Formação de docentes-educadores que fortaleça o direito às diferenças

Às Escolas, à EJA, às Universidades, aos cursos de Pedagogia e de Licenciaturas vem chegando os grupos sociais discriminados porque diferentes. Lutam pelo direito à educação resistindo aos critérios segregadores dominantes de igualdade e diferença, resistindo às estruturas políticas que os legitimam. Lutam contra os padrões de poder, de trabalho, de direitos humanos segregadores das diferenças étnico-raciais, sexuais, culturais. Suas lutas por educação são inseparáveis de suas lutas pelo direito às diferenças. “Pelo direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza e pelo direito a ser diferentes quando a igualdade os trivializa.” (Santos, 2013 p.79)

A formação docente-educadora nos currículos de Pedagogia e de Licenciaturas vinham assumindo os compromissos de formação de profissionais para garantir o direito dos educandos e dos próprios educadores a serem diferentes. A BNC - Formação reconhece e reforça esses avanços emancipatórios das diferenças ou regula uma concepção de formação generalista? Como resistir? Reafirmando as diretrizes curriculares de formação de docentes-educadores que fortaleçam o direito conquistado às diferenças e o direito dos educandos a saberem-se segregados porque diferentes. Chegam à educação sabendo-se oprimidos, segregados porque diferentes, têm direito a conhecimentos, verdades e valores que fortaleçam esse saberem-se diferentes.

A história de segregações étnicas, raciais, de gênero, lugar

e classe os inferiorizaram e continuam inferiorizando-os como deficientes em humanidade, em moralidade. Destruindo suas identidades culturais. Roubando suas humanidades. Têm direito a conhecimentos dessa história de injustas segregações. Seus mestres-docentes-educadores têm direito a uma formação que garanta aos educandos o direito a saberem-se nessa história. Têm direito a que essa longa história faça parte da Base Nacional Comum de Educação Básica e da BNC de Formação dos profissionais da educação.

Dos currículos de Pedagogia e de Licenciaturas esperam-se que resistam à destruição das lutas por diretrizes curriculares afirmativas das diferenças. Quais lutas fortalecer?

Currículos e conhecimentos que fortaleçam o direito dos diferentes a saberem-se oprimidos por quem e por quê.

Formar docentes-educadores para garantir aos educando saberem-se na história das segregações por serem diferentes. Uma história persistente na história nacional, logo deve ser parte obrigatória na BNCC e na BNC - Formação de docentes-educadores.

Os padrões de poder que em nossa história segregaram os diferentes em etnia, raça, gênero, lugar e classe são padrões desumanizantes, operam em nossa história política e pedagógica como matrizes de desumanização, logo, exigem serem reconhecidos como persistentes na nossa história política-pedagógica.

Da BNC- Formação exige-se reconhecer esses padrões históricos de segregação para garantir aos coletivos diferentes que lutam por educação o direito a saberem-se nessa história.

Currículos de formação que defendam as diretrizes curriculares das diferenças.

As Diretrizes Curriculares da Pedagogia e Licenciaturas em educação indígena, quilombola, do campo, da EJA, da história da cultura Afro-brasileira, da África e das Relações Étnico-raciais

vinham assumindo formar docentes-educadores para garantir o direito a ser diferentes e a saberem-se segregados porque diferentes na história política cultural e educativa. Aos currículos de Pedagogia e de Licenciaturas cabem resistir e preservar esses avanços na garantia do direito dos diferentes a saberem-se segregados: como, por quem, por quais estruturas e por que diferentes. Direito a resistir pela manutenção das Diretrizes Curriculares das diferenças (ARROYO, 2019, p.77).

Currículos que fortaleçam o saber dos educandos e educadores resistentes.

A dialética da opressão, da segregação pelas diferenças, provoca as resistências dos coletivos diferentes segregados. As históricas segregações étnico-raciais, de gênero, de lugar, tão persistentes em nossa história provocaram resistências afirmativas das diferenças étnicas, raciais, de gênero e lugar em nossa história. Resistências como matriz de humanização, reafirmação de saberes, valores, culturas, identidades diferentes.

A BNCC é obrigada a reconhecer a história de outros saberes, valores, culturas de resistências afirmativas das diferenças. Às escolas públicas, sobretudo, à EJA, às universidades, aos cursos de Pedagogia e de Licenciaturas, chegam educandos herdeiros dessa história de resistências, herdeiros de saberes, valores, matrizes pedagógicas de resistências às segregações porque diferentes. Têm o direito a saberem-se produtores desses saberes, valores, culturas de resistências, feitos. Os docentes-educadores têm o direito a uma formação inicial e continuada para garantir seus próprios direitos e também o direito dos educandos a saberem-se resistentes às históricas segregações. (ARROYO, 2013).

As Diretrizes Curriculares fronteiras de resistências

Os diferentes coletivos vinham resistindo em fronteiras diversas por direitos as diferenças. A formação docente-educadora tem sido uma das fronteiras de resistência. Pressões sobre o Estado, o MEC, o CNE por Diretrizes Curriculares da Educação do campo, indígena, quilombola, das relações étnico-raciais. Pressões nas conferências por uma educação do campo dos trabalhadores rurais, Sem-Terra, pelo Pronera. Por uma educação indígena diferenciada dos povos indígenas para recuperação de suas memórias históricas, pela reafirmação de suas identidades étnicas, para formar docentes-educadores indígenas no domínio dos conhecimentos étnicos, nos valores, nas culturas e identidades de seus povos.

As Diretrizes Curriculares para a educação quilombola têm como orientação a Conferência Nacional de Educação (Conae2010), uma das fronteiras de resistências da diversidade de coletivos afirmativos das diferenças na educação. A ênfase na defesa de promover a formação específica, diferenciada aos profissionais da educação quilombola com a participação do movimento negro quilombola para a preservação de suas manifestações culturais, de suas identidades étnico-raciais e para a sustentabilidade de seu território tradicional e pelo seu direito à terra e à territorialidade.

As Diretrizes Curriculares quilombolas defendem a formação de docentes-educadores para assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida, preferencialmente, por professores oriundos das comunidades quilombolas, formados no estudo das memórias, ancestralidades, oralidade, estética e etnodesenvolvimento sociocultural.

As Licenciaturas e as Pedagogias formadoras dessa diversidade de docentes-educadores já vinham assumindo essa função política, ética e pedagógica de garantir o direito a serem iguais quando a diferença os inferioriza, os coletivos diferentes e a função de garantir o direito à diferença como um direito humano político-pedagógico. Memórias de Diretrizes Curriculares do MEC – CNE, que fizeram a opção política e pedagógica de serem fronteiras de resistências. Como resistir à BNC - Formação, que ignora resistências? Mantendo essas memórias de resistência pelo direito às diferenças. Somar com os movimentos sociais resistentes.

Referências

ARROYO, Miguel. *Vidas ameaçadas: exigências – respostas éticas da educação e da docência*. Petrópolis. Vozes, 2019.

ARROYO, Miguel. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis. Vozes, 2013.

BRASIL – *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. MEC. CNE Brasília, 2013.

BRASIL – *Resolução nº 2 que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores na Educação Básica*. (BNC – Formação) Brasília, 2019.

SANTOS, Boaventura. *Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo – Cortez, 2013.

Data de submissão: 01/09/2020

Data de aprovação: 10/09/2020